



PAULO VAZ HENRIQUES

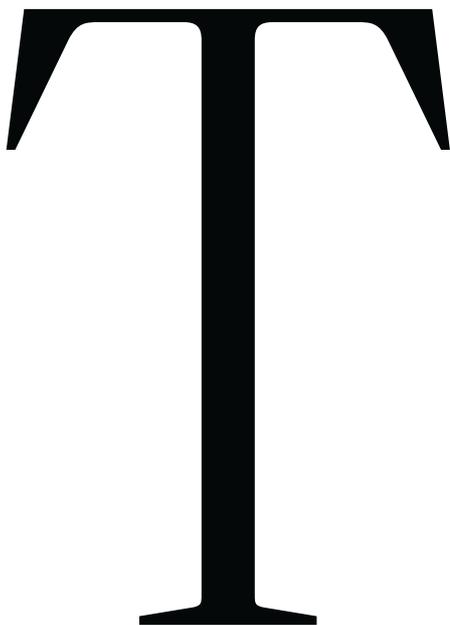




PEDRO REBELO DE SOUSA O ADVOGADO DO REGIME

O líder da empresa que tratou da saída milionária de Alexandra Reis da TAP prepara sucessão, após carreira discreta marcada por (muitos) negócios com o Estado. Apesar do recato, este “conservador genuíno”, como lhe chamam os mais próximos, viu o seu nome saltar para a ribalta, por declarações do irmão mais velho, Marcelo, e da presidente da transportadora aérea

— POR JOÃO AMARAL SANTOS E NUNO MIGUEL ROPIO



“Toda a comunicação que fizemos [à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)], e toda a discussão, foi completamente recomendada por advogados.” A forma como, na Assembleia da República, Christine Ourmières-Widener, CEO da TAP, descartou responsabilidades e atirou friamente para a SRS Legal todo o ónus dos valores pagos a Alexandra Reis, relativos à saída desta antiga administradora da transportadora aérea nacional, colocou aquela sociedade de advogados, fundada por Pedro Rebelo de Sousa, no epicentro da polémica que tinha ditado mais uma baixa no Governo. Porém, nos dias posteriores ao último Natal, logo após se saber que a ex-secretária de Estado do Tesouro recebera da companhia aérea 500 mil euros de indemnização, e quando todos os envolvidos neste processo permaneciam numa espécie de silêncio concertado – impedindo que se conhecessem os motivos que ditaram tal saída e qual a intervenção das tutelas das Finanças e das Infraestruturas no caso –, o Presidente da República já deslocara, involuntária e indiretamente, as atenções para o irmão, ao informar, em primeira mão, que em causa não estivera uma renúncia de Alexandra Reis, como foi comunicado à CMVM, mas sim “uma rescisão”. E que, só devido à respetiva negociação, tal saída não dera “lugar a uma indemnização completa”, três vezes superior ao que foi pago.

Ou seja, o irmão mais novo dos Rebelo de Sousa, apesar de estar há meses a preparar a sua sucessão à frente da SRS Legal e de não ter tido em mãos um dossier que foi de César Sá Esteves (um advogado daquela sociedade, que há muito assegura os serviços jurídicos externos da companhia de bandeira), acabou por se ver debaixo dos holofotes, dos quais se tem esforçado por se manter afastado, ao longo de décadas – ao contrário dos irmãos mais velhos, Marcelo (74 anos) e António (70), caras conhecidas graças às suas atividades políticas e jornalísticas.



BRUNO RASCÃO



VICTOR FREITAS

▲ Liderança

Após conduzir o processo jurídico de privatização do Banco Fonsecas & Burnay, Pedro Rebelo de Sousa fundou uma sociedade de advogados, na altura Grupo Legal Português. Com exceção do apoio ao irmão Marcelo, na corrida a Belém, não teve, em 40 anos, qualquer atividade política

Mesmo que o Presidente da República tenha, depois, feito um esforço para emendar a mão, face às declarações ambíguas – salientando, por um lado, que tinha uma “posição oposta” à que foi obtida pela sociedade de advogados que representou a TAP e, por outro, que o seu irmão “atualmente tem uma posição simbólica” na própria empresa –, a verdade é que este episódio expôs os inúmeros processos em que Pedro Rebelo de Sousa e as suas equipas têm assessorado o Estado, principalmente nos últimos anos, além de ter demonstrado a sua proximidade em relação ao poder político, desde que regressou definitivamente a Portugal, no início dos anos de 90, após um percurso no estrangeiro,



que começou com a fuga dos pais, Baltazar e Maria das Neves, para o Brasil, devido à Revolução de Abril.

A cerca de três meses de comemorar 68 anos, o discreto advogado arrisca-se, assim, a fazer parte do expectável desfile de personalidades que serão obrigadas a rumar à Assembleia da República, para explicar aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à gestão da TAP – desencadeada pelo Bloco de Esquerda e cuja tomada de posse poderá acontecer a meio da segunda semana de fevereiro – o que sabem sobre o caso e o seu grau de comprometimento com o mesmo. E, neste caso específico da ex-secretária de Estado do Tesouro, Pedro Rebelo de Sousa poderá ainda ser chamado a esclarecer se terá transmitido ao chefe de Estado informação privilegiada, que possa ter levado Marcelo a produzir declarações de enxurrada, a partir do Natal.

Ainda assim, para os que o conhecem bem, isto “não beliscará o prestígio conquistado em mais de 40 anos de carreira” por parte de um “genuíno conservador”, como o descreve Eduardo Barroso, médico-cirurgião, referência na área dos transplantes, que, desde que se cruzou com Marcelo, no ensino primário do Externato O Lar da Criança, em Lisboa, nunca mais deixou de contactar com a família Rebelo de Sousa. “Além do profissional relevante e sério, Pedro Rebelo de Sousa é alguém que sempre prestigiou a sua função e que nunca procurou aproveitar-se de circunstâncias, como as atuais; isto é, de ter um irmão como a

O CONTRATO POLÉMICO

A SRS Legal negociou o acordo que valeu a Alexandra Reis a controversa indemnização de 500 mil euros, paga pela TAP. Três dias depois de Reis ser nomeada presidente da NAV, a sociedade de Pedro Rebelo de Sousa assinou um contrato de 66 861 euros com aquela entidade pública

Pesquisando no Portal BASE, verifica-se facilmente que a sociedade de advogados encabeçada por Pedro Rebelo de Sousa celebrou 82 contratos de prestação de serviços jurídicos com várias entidades públicas – de natureza local, regional e nacional –, entre 2010 e 2022, pelos quais cobrou valores entre os 75 e os 330 mil euros. No total, a SRS Legal já lucrou mais de três milhões com esta relação.

Somados os desenvolvimentos das últimas semanas – e, sobretudo, depois de Christine Ourmières-Widener, presidente do conselho de administração da TAP, prestar esclarecimentos no Parlamento –, há, hoje, um desses acordos que salta à vista: o que foi assinado com a NAV Portugal, empresa pública de navegação aérea. A linha do tempo explica a polémica. No início de 2022, a sociedade SRS Legal negociou (com condução do sócio César Sá Esteves) a rescisão de contrato entre Alexandra Reis e a TAP, que valeu à ex-administradora daquela companhia aérea a controversa indemnização de 500 mil euros – só conhecida do grande público quando esta já era secretária de Estado do Tesouro. O contrato para a

aquisição de serviços de assessoria jurídica no âmbito laboral, entre a NAV Portugal e a SRS Legal, materializou-se através do mecanismo de consulta prévia – reintroduzido no Código dos Contratos Públicos na revisão de 2018, depois de “abolido” dez anos antes, e que prevê o convite a, pelo menos, três concorrentes (e previsto para a aquisição de serviços até 75 mil euros).

O caderno de encargos passou pelas mãos de quatro escritórios: PLMJ, Vieira de Almeida & Associados, Garrigues Portugal e, claro, SRS Legal. A proposta da sociedade de Pedro Rebelo de Sousa seria apresentada à NAV Portugal no mês de maio, quando, nos bastidores do setor, corria já a informação de que seria Alexandra Reis a escolhida para liderar aquela entidade pública, no triénio 2022-2024.

A nomeação de Alexandra Reis para presidente da NAV Portugal foi formalizada no dia 24 de junho, num despacho assinado pelo ministro das Finanças, Fernando Medina, e pelo então titular da

pastas das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, mas apenas publicado, em *Diário da República*, no dia 30 desse mês. Três dias depois de Alexandra Reis ter sido confirmada no cargo – a 27 de junho –, seria assinado o contrato entre a NAV Portugal e a SRS Legal, com indicação de que o acordo entrava em vigor retroativamente, a 14 de junho – no valor de 66 861 euros (com pagamentos mensais de 1 966,50 euros, mais IVA). Antes de se esgotarem as 24 horas seguintes, o documento era publicado no Portal BASE. Sem quaisquer indícios de irregularidades, o contrato enreda-se no caso que culminaria com o afastamento de Alexandra Reis do Governo, 25 dias após ter tomado posse. O acordo prolonga-se até fevereiro de 2025.



➤ **Alexandra Reis**
Acordo entre TAP e ex-administradora da companhia foi conduzido pela SRS Legal. Ex-secretária de Estado recebeu indemnização de 500 mil euros



mais alta figura do Estado”, diz, por seu turno, à VISÃO, Guilherme d’Oliveira Martins, antigo presidente do Tribunal de Contas e com passagens por vários governos, um também velho amigo dos filhos de Baltazar Rebelo de Sousa, que conheceu Pedro quando este tinha apenas 7 anos de idade.

O “ZÉ-POVINHO” DOMINICAL

Esse longo percurso profissional discreto é, em grande medida, consequência das circunstâncias que moldaram a personalidade de alguém cuja rotina familiar foi alvo de uma enorme rutura, quando era ainda jovem, causada pelo 25 de Abril, e que teve como principal referência o pai, Baltazar, que sempre terá transmitido que o dinheiro não era tudo na vida. Um dos sinais desse desprendimento foi o de a família ter vivido em casas alugadas ou o facto de as roupas passarem de uns filhos para os outros.

Pedro Rebelo de Sousa nasceu em 1955, quando o pai veio a ser subsecretário de Estado da Educação Nacional do governo de António de Oliveira Salazar – uma figura que entrou na rotina da família, mas não na mesma dimensão que a do seu sucessor, Marcello Caetano, que foi padrinho de casamento dos pais de Marcelo. Aliás, o irmão mais novo do Presidente da República recebeu do antigo ditador a alcunha de *zé-povinho*, por conta de um episódio ocorrido quando tinha 5 anos e que só muito mais tarde foi tornado público pelo próprio: no meio de uma cerimónia da Mocidade Portuguesa, em dezembro de 1960, Pedro acabou por adormecer na cadeira do Presidente do Conselho de Ministros, apesar de ter sido incumbido de lhe entregar um ramo de flores. A partir daí, Salazar não dispensava a companhia dominical do pequeno (gostava de ouvir as suas anedotas). Mas essa história não se fica por aí. Incentivado pelo irmão Marcelo, Pedro questionou, então, o homem-forte do Estado Novo: por que razão lhe cedia o lado direito do banco de trás, quando era ali que Salazar devia sentar-se? A resposta desarmou os Rebelo de Sousa: na perspetiva do corpo de segurança, caso houvesse um disparo que visasse o chefe do Governo, o menino seria o atingido...

De acordo com Eduardo Barroso, que fala “com a experiência própria de ter sentido a ‘síndrome’ de ser um filho do meio, como aconteceu com o António”, enquanto Marcelo “recebia uma especial atenção da mãe, Maria da Neves, dona uma generosidade sem limites e de uma noção política do que se passava no regime, já o Pedro era o menino do papá”. Muito mais tarde, continua Barroso, “o pai falava muito orgulhoso deste filho, que, tal como os outros dois irmãos, sempre foi muito inteligente e de um humor mordaz”. E, entre risos, conta esta história de Pedro:

UMA LONGA RELAÇÃO

O REGRESSO A PORTUGAL CONTOU COM CONVITE DE CAVACO. LIGAÇÃO AO PÚBLICO MANTÉM-SE

1990

REGRESSO A PORTUGAL

De volta ao País, Pedro Rebelo de Sousa foi convidado, por Cavaco Silva, para dirigir a operação de privatização do Banco Fonseca & Burnay, concluída no ano seguinte

2011

NOMEAÇÃO PARA A CAIXA

Seria nomeado para a comissão não executiva da Caixa Geral de Depósitos, numa equipa liderada por Faria de Oliveira

82

ACORDOS COM SETOR PÚBLICO

A SRS Legal celebrou 82 contratos de prestação de serviços jurídicos com várias entidades públicas, entre 2010 e 2022

3

MILHÕES

EM CONTRATOS

Os valores dos acordos com entidades públicas variam entre 75 mil e 330 mil euros. No total, a SRS Legal já lucrou mais de três milhões com esta relação



ALBERTO FRIAS

“Um dia, telefonou-me a dizer que tinha preparado uma mesa de oito lugares e que um casal iria faltar ao jantar. ‘Faz-me esse favor e vem.’ Perguntei-lhe: ‘Como é, tenho de ir de fato e gravata?’ Como ele não foi claro, fui de fato creme, de linho, da Marks & Spencer. Quando lá cheguei, eram só VIP, com fatos escuros. Mas, mais uma vez, ele e a *Bi lpetit nom* de Ana Margarida Lobato de Faria Sacchetti, mulher de Pedro foram uns excelentes anfitriões; são um casal em que um foi feito para o outro desde miúdos; e o Pedro conseguiu, com muita persistência, convencer a sogra, a Rosa Lobato de Faria, a deixar a filha casar-se antes dos 21 anos, para o poder acompanhar, quando saíram de Portugal. Ele é um verdadeiro diplomata – uma carreira em que sempre o imaginei.” Pedro e Bi têm dois filhos, Mariana e Afonso, e já são avós.

CRESCIMENTO ALÉM-FRONTIERAS

A natureza sóbria que os outros lhe reconhecem talvez possa explicar por que motivo o mais novo dos irmãos Rebelo de Sousa decidiu afastar-se, ainda muito jovem, das luzes mediáticas da vida político-partidária, quebrando assim uma tradição familiar. Em comparação com as ambições dos irmãos, o benjamim assumia o que lhe parecia ser uma “falta de apetência” para a tarefa. Já depois de ter passado uma curta fase da juventude em Moçambique, quando o pai foi governa-



JOSE CARIA



MARCOS BORGIA

dor-geral da província [1968–1970], denotava um certo desencanto pelo período pós-revolucionário, retirando da equação quaisquer eventuais pretensões públicas.

“Dos três irmãos, o Pedro era o que menos se interessava pela política – ou, pelo menos, não ao mesmo nível do António, de quem eu era mais próximo, ou de Marcelo. Mas, atenção, naquela casa, fala-se muito de política: havia total liberdade, em termos críticos, e a mãe, Maria das Neves, era de uma visão muito aberta e tinha um papel muito importante na formação da personalidade dos três”, recorda Guilherme d’Oliveira Martins, considerando o advogado “um conservador genuíno mas liberal também”.

O 25 de Abril motivaria, decisivamente, a opção de viver, estudar e trabalhar no estrangeiro. Enquanto isso, Marcelo e António estavam na fundação do PPD/PSD – aliás, o irmão do meio tornou-se o primeiro líder da Juventude Social-Democrata. “Para se estar na política, é preciso ter um enorme grau de flexibilidade e tolerância e é preciso aceitar que a política é um exercício de uma ingrati-dão profunda. Vi-o no meu pai”, disse Pedro à VISÃO, num artigo publicado em março de 2016, por altura da tomada de posse do irmão, Marcelo, após as presidenciais. Concluiu o curso superior em Lisboa, deixou Portugal para trás...

A primeira paragem além-fronteiras seria São Paulo, no Brasil. Do outro lado do

▲ Irmãos

Pedro (67 anos), António (70) e Marcelo (74): o mais novo teve uma atividade política residual antes do 25 de Abril – chegando a fazer parte da SEDES –; os outros dois estiveram na origem do PPD/PSD. António, entretanto, rumou ao PS e Marcelo chegou ao Palácio de Belém, em 2016

Atlântico, já de canudo na mão – terminada a licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa –, Pedro Rebelo de Sousa viveu “anos dourados”, ainda agarrado aos livros, apostando na formação académica como pilar para os planos de futuro que começavam a germinar. Concluiria a pós-graduação em Direito Comercial e Empresarial, pela Pontifícia Universidade Católica, e o mestrado em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas.

Ainda longe de ser a capital financeira que hoje é, São Paulo já fervilhava, porém, num ritmo de crescimento acelerado, despontando, gigantesca, na viragem daquelas décadas de 1970 e 1980. Seria nesta metrópole que Pedro Rebelo de Sousa, tornado advogado de corpo inteiro, aprenderia aquilo de que precisava para se lançar, por fim, no mundo dos negócios – que se revelaria, esse sim, o seu *habitat*.

Profissionalmente, a banca tornar-se-ia a sua “segunda casa”. A primeira, por esta altura, seria Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. Na “capital” dos negócios, à escala global, o rapazinho com quem António de Oliveira Salazar gostava de conversar sobre coisas simples, como a escola, durante os passeios aos domingos de manhã, tinha-se transformado (rapidamente) numa referência nas áreas financeira, de energia e de M&A, sigla que, na tradução para o português, indica



transações comerciais de fusão e aquisição. Na meia década seguinte, Pedro Rebelo de Sousa exerceu funções no Citicorp Investment Bank (entre 1985 e 1988) e no Citibank (de 1998 a 1990), chegando, nesta última entidade, a ocupar o cargo de vice-presidente da Divisão Internacional de Mercados Financeiros. Seria difícil pedir mais e melhor.

Surpreendentemente, ou talvez não, recuperaria as memórias de Portugal, por esta altura. E em força. Distante do país que o vira nascer e crescer, o agora conceituado advogado e gestor – também já na qualidade de pai e homem de família – seria invadido pelo desejo de voltar a casa, reunindo-se com os seus – e reconciliando-se com a terra. Carregando na bagagem a experiência acumulada no estrangeiro, recuperou a esperança em Portugal.

Regressaria a Lisboa, logo em 1990. Ainda com raízes soltas, foi convidado pelo então primeiro-ministro, Aníbal Cavaco Silva (a cumprir a sua primeira maioria absoluta), para dirigir a operação de privatização do Banco Fonecas & Burnay, função que manteve até ao ano seguinte. Inaugurava-se, assim, uma longa e estreita colaboração entre Pedro Rebelo de Sousa e o Estado português – que permanece ainda hoje, como recordaram os acontecimentos ligados à controversa indemnização paga pela TAP a Alexandra Reis (ver caixa na pág. 33).

REGRESSO A PORTUGAL

Ao mesmo tempo que lançava escritório próprio, Pedro Rebelo de Sousa teria ainda tempo e oportunidade para ocupar vagas como membro não executivo de órgãos sociais de várias empresas. Em 2011, mesmo distante das andanças públicas (que se reconheciam, sobretudo, aos irmãos), foi nomeado para a comissão não executiva da Caixa Geral de Depósitos, o que provava que o advogado e gestor tinha reencontrado em Portugal a notoriedade pessoal e profissional de que fruía desde o berço. As portas estavam abertas.

Em 1992, esteve na primeira linha da fundação da SRS Advogados, então denominada Grupo Legal Português, que nasceu da associação entre as sociedades Simmons & Simmons, J & A Garrigues e Pinheiro Neto, dando corpo ao primeiro escritório de advogados internacional no País.

No ano seguinte, pela sua mão, a sociedade desenvolveu-se na área do direito financeiro – departamento que se concentrou em direito bancário, mercados de capitais, bem como em M&A e *corporate finance* e *project finance*. Entre inúmeros clientes e projetos, cá dentro e lá fora, destacam-se as colaborações com o Banco Mundial e a União Europeia, tendo em vista a elaboração de legislação de direito bancário, investimento e direito fiscal em



▲ **Família** O clã Rebelo de Sousa tinha como figuras referenciais o pai, Baltazar, um médico que chegou ao governo de Salazar e, mais tarde, foi governador de Moçambique, e Maria das Neves, que deixou de ser assistente social para se dedicar aos filhos

países como Rússia, Ucrânia ou Bielorrússia. Significativa, ainda na década de 1990, foi também a sua participação na privatização da Portugal Telecom.

Entre trocas de parceiros e sócios, Pedro Rebelo de Sousa conquistou o respeito e a admiração de pares e clientes. Em 2001, tornou-se sócio da Simmons & Simmons, chegando mesmo a ser nomeado membro do conselho de administração da firma londrina, por um período de oito anos.

Com a chegada do novo século, as fronteiras alargaram-se (ainda mais): Europa, África, Ásia e América do Sul são atualmente mercados que a sociedade não dispensa. E, em 2022, assinalou o 30.º aniversário, com a alteração para a designação atual de SRS Legal (após um processo de *rebranding*). Hoje,



a firma conta com 30 sócios, metade dos quais são mulheres; Pedro Rebelo de Sousa mantém-se no cargo de *managing partner*, beneficiando das competências acumuladas durante quatro décadas de carreira.

A LONGA RELAÇÃO COM O ESTADO

Ao longo dos anos, os serviços do seu gabinete têm sido solicitados por clientes nacionais e internacionais, em operações de grande relevo em questões de direito financeiro, bem como acompanhando reestruturações e transações de fusões. Após a negociação entre TAP e Alexandra Reis – que foi conduzida pelo sócio César Sá Esteves –, navegar no Portal BASE, que centraliza a informação sobre os contratos públicos celebrados em Portugal continental e nas regiões autónomas, con-



“
O seu percurso, como o dos irmãos, só prestigia a profissão. E há algo característico nele: desde criança, sempre foi um estudioso profissional”

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS
Ex-presidente do Tribunal de Contas e antigo ministro



“
É genuinamente conservador e por demais à direita, ao ponto de olhar para os irmãos como estando muito à esquerda”

EDUARDO BARROSO
Médico-cirurgião, que tornou o Curry Cabral uma referência mundial em transplantes

firma a relação privilegiada que a SRS Legal mantém com o setor público. É extensa a lista de contratos por ajuste direto assinados com entidades estatais, desde 2010.

E este cenário não se alterou, nem mesmo com a eleição de Marcelo, como Presidente da República, em 2016: foram três contratos nesse ano, um em 2017, sete em 2018 e oito em 2019, quando ainda vigorava a anterior legislação.

Vários governantes chegaram, aliás, a ser escrutinados: como Francisca Van Dunem, ministra da Justiça, cujo marido tinha contratos de serviços jurídicos com o Estado e o Ministério da Administração Interna; ou Graça Fonseca, ministra da Cultura, cuja empresa familiar tinha contratos com a Câmara Municipal de Lisboa; ou ainda Pedro Nuno Santos, ministro das Infraestruturas e Habitação, cujo pai também tinha contratos públicos. Esta matéria acabou por ser objeto de um parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), pedido por António Costa, o que permitiu clarificar as situações: não há qualquer incompatibilidade, desde que as áreas em que os familiares dos detentores de cargos políticos se movam, em negócios com o Estado, não estejam sob a tutela dos visados.

Em 2020, feita a alteração legislativa – que só proíbe este tipo de contratos a empresas cujo titular do cargo político detenha mais de 10% –, a ligação entre a SRS Legal e o Estado entrou em velocidade de cruzeiro. Entre 2020 e 2022, a sociedade formalizou 27 contratos com entidades públicas – seis em 2020, oito em 2021 e 13 em 2022 –, no valor total de cerca de um milhão de euros.

Entre os seus “clientes”, contam-se representantes da administração local, regional e central do Estado, sobretudo os contratos com vários organismos ligados aos governos regionais da Madeira e dos Açores, câmaras municipais do Porto e de Sever do Vouga e empresas públicas de transportes de passageiros da área da Grande Lisboa, como a Transtejo ou a Soflusa. Também a ATEC – Associação de Formação para a Indústria, a AdP – Águas de Portugal Internacional ou a Fundação Centro Cultural de Belém fazem parte da lista. Banco de Portugal e Banco Português de Fomento recorreram igualmente aos serviços da SRS Legal, neste período.

Pelo valor, destaca-se ainda o contrato para a aquisição de serviços jurídicos com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, no montante de 285 mil euros, em dezembro de 2021. Embora tudo explicado, tudo justificado e tudo dentro da lei, os acordos com a TAP e a NAV – mais a subnarrativa dos mesmos, protagonizada por Alexandra Reis – puseram a SRS Legal no centro das atenções, que Pedro Rebelo de Sousa sempre fez por evitar.



PAULO VAZ HENRIQUES

O discreto irmão do Presidente 30

O nome de Pedro Rebelo de Sousa veio a público por ter representado a TAP no acordo de rescisão, no valor de €500 mil, com a ex-administradora Alexandra Reis. Perfil de um advogado discreto



PEDRO REBELO DE SOUSA

O ADVOGADO DISCRETO DO REGIME NO CENTRO DO ESCÂNDALO DA TAP

A NEWSMAGAZINE MAIS LIDA DO PAÍS

WWW.VISAO.PT

N.º 1560 . 26/1 A 1/2/2023 . CONT. E ILHAS: €4 . SEMANAL

ECONOMIA
AFINAL,
A CRISE
PODE SER
MENOS DURA

CIÊNCIA
TER AMIGOS
ACRESCENTA
ANOS DE VIDA

VISÃO

**CÂMARA
DE LISBOA**
NEGÓCIOS
DO PS
E TAMBÉM
DO PSD
SOB SUSPEITA



QUANTO RENDEM AS CASAS

A procura continua em alta nos imóveis para arrendar. Conheça os preços por distrito, as vantagens e as diferenças entre arrendamento de longa duração, alojamento local e para nómadas digitais

SAIBA QUANTO AUMENTARAM AS RENDAS NAS PRINCIPAIS CIDADES